

## **XXIII Conferência Internacional de Lisboa**

### **Sessão temática**

### **Prioridades para a Acção Externa de Portugal**

### **África e Cooperação**

#### ***Cooperação em África***

Daniel Cardoso . Estudante de Relações Internacionais, Universidade de Coimbra

A descolonização, sabor agradável de independência, trouxe a muitos, principalmente aos que viveram na subjugação, a certeza da conquista dum melhor futuro, durante uma eternidade, às escondidas, sonhado. Contudo, bastaram poucos anos para se perceber que as dificuldades das ex-colónias eram muitas e difíceis de ultrapassar. A esperança dum futuro mais auspicioso era derrotada, em grande parte, pelos regimes autoritários recém-criados, pelo crónico subdesenvolvimento e pelas duras guerras civis.

Todos estes factores serviram como pretexto aos países desenvolvidos para continuar a intervir, mesmo após a independência, nos assuntos internos dos países africanos e asiáticos. Esta intervenção assumiu uma dupla forma: económica e política. A primeira poderá ser denominada de neocolonialismo, ou seja, a obtenção da independência política apesar de se manter a dependência económica. Em segundo lugar, a procura tanto por parte dos EUA como da URSS em ampliar áreas de influência no contexto da confrontação bipolar, levou-os, muitas vezes, a apoiar regimes autoritários ou entidades sub-estatais, gerando ou alimentando sangrentas guerras civis. Assim, a independência era apenas uma miragem para os vários Estados recém-independentes. A partir do final da Guerra Fria, os pressupostos da influência dos Estados mais desenvolvidos sobre os Países em Desenvolvimento (PED) alteraram-se. O final da bipolaridade revelou, de forma sintomática, todas as dificuldades dos países do Terceiro Mundo, agravadas, agora, pelo estigma das chamadas "novas guerras". De facto, a violência e a intensidade deste novo modelo de conflitualidade aliadas ao crónico subdesenvolvimento económico, despertaram nos países mais desenvolvidos a vontade de reconstruir o Terceiro Mundo, assumindo, agora, como principal objectivo consolidar a paz.

No sentido de garantir uma reconstrução efectiva dos países menos desenvolvidos, a comunidade internacional delineou uma estratégia multidimensional e integrada que englobava vários actores e vários instrumentos. Um plano que passava pela cooperação para o desenvolvimento e pela consolidação da paz e ao qual subjazia um modelo com objectivos de matriz claramente ocidental que se revelava na exigência da liberalização como caminho ideal para a paz. Assim, a liberalização apresentava uma dupla componente: a económica e a política, convergindo, no entanto, ambas para o mesmo princípio, assegurar a paz.

Este molde ocidental da estratégia de reconstrução do Terceiro Mundo é claramente um produto do pós-Guerra Fria, já que com a vitória do ocidente, o liberalismo se tornou no paradigma político e económico a nível internacional.

Artigos como o "The End of History" de Francis Fukuyama comprovam este facto. Com efeito, a crença ocidental neste modelo político e económico era tal que este foi exportado para os países do Terceiro Mundo como a única solução para os conflitos internos e para o subdesenvolvimento.

A nível económico as reformas foram impulsionadas tanto pelas instituições financeiras internacionais – FMI e Banco Mundial, através dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)

–, como pelos projectos de cooperação para o desenvolvimento. Ambos assumiam o crescimento económico como objectivo crucial, apelando, independentemente dos casos, a reformas económicas e financeiras de natureza estrutural. Estas passavam principalmente pela imposição da economia de mercado, ou seja a abertura das economias dos PED aos mercados internacionais o mais rapidamente possível. Além dos requisitos económicos, estes programas ou projectos exigiam igualmente a concretização de certos objectivos políticos como a implementação da democracia ou o respeito pelos Direitos Humanos.

A nível político, o objectivo de reconstrução pós-bélica dos Estados do Terceiro Mundo foi delineado, principalmente pela ONU, pela aplicação do modelo de consolidação da paz, conceptualmente delineado por Boutros Ghali na Agenda para a Paz de 1992. Este assumia a implementação da democracia como a receita única e eficaz para a consolidação da paz, baseando-se na crença wilsoniana de que "as democracias são mais pacíficas do que as não democracias, tanto a nível interno como a nível externo". A dimensão mais crucial deste objectivo era a exigência da realização de eleições o mais rapidamente possível.

Uma vez que a realização de eleições era o resultado mais visível da implementação da democracia, a sua rápida realização anunciava uma eficiente e pouco demorada transposição do modelo liberal. Na maioria dos casos as eleições ocorreram num espaço de dois a três anos.

Apesar de, em muitos casos, a liberalização ter produzido resultados amplamente positivos, a verdade é que a este modelo de reconstrução de matriz ocidental podem ser apontados vários erros e contradições. Em primeiro lugar, e apesar de um contexto de clara fragilidade, inoperância e incapacidade dos Estados receptores destas medidas, a comunidade internacional (leia-se países mais desenvolvidos) insistiu para que o processo de liberalização fosse aplicado o mais depressa possível. A crença na eficácia do liberalismo levou a que se implementasse uma "terapia de choque", que pretendia transformar, em poucos anos, as sociedades africanas, asiáticas e americanas, desgastadas por anos de conflito, em sociedades de matriz claramente ocidental. Desta forma, exigiu-se, por um lado, a realização de eleições, o mais rapidamente possível, e por outro lado, a abertura das economias ao mercado internacional. Contudo, esta falta de sensibilidade e a convicção cega nos benefícios do liberalismo lograram em produzir resultados desastrosos. A realização de eleições teve, em muitos casos, nomeadamente em Angola e no Ruanda, o efeito paradoxal de potenciar o retorno ao conflito. Por outro lado, a abertura ao mercado internacional das economias fez com que muitos Estados do Terceiro Mundo vissem agravada sua dependência económica face aos países mais desenvolvidos, aprofundando-se o subdesenvolvimento.

A exigência da aplicação de medidas macro-económicas levou a que se gerasse desemprego e inequidade. Em segundo lugar, o modelo de reconstrução pós-bélica foi aplicado sempre da mesma maneira independentemente do contexto.

Apesar das condições variarem de país para país, entendia-se que a liberalização, enquanto receituário de reconhecida eficácia, devia ser sempre aplicado da mesma forma. Este facto revela a falta de sensibilidade e de avaliação à priori dos vários contextos. Assim, constata-se que o "voluntarismo ocidental" de reconstruir o Terceiro Mundo, após os vários de subjugação, colonização e dependência, não teve os efeitos pretendidos. A ambição desmesurada, fundamentalista e cega dos países desenvolvidos em reconstruir sociedades distantes e diferentes, sem atender ao contexto, teve, muitas vezes, o efeito paradoxal de gerar mais instabilidade, política e económica. Desta forma, entendendo que a aplicação da liberalização, tal como tem sido feita até agora, não é a solução ideal para se ultrapassar o

atraso crónico dos países do Terceiro Mundo. Este só será superado quando os países mais desenvolvidos promoverem políticas que tenham em conta os interesses daqueles que são ajudados e não os seus próprios interesses. Não se poderá falar em paz e em desenvolvimento enquanto os instrumentos de dependência continuarem a ser usados. As políticas desiguais da OMC, a ajuda ao desenvolvimento condicionada por interesses políticos e o entendimento do Terceiro Mundo como um meio e não como um fim, continuarão a promover a desigualdade. Enquanto não houver igualdade dificilmente se atingirá a paz e o desenvolvimento.